

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

**DPC0322 – Direito Processual Civil III
(Teoria Geral dos Recursos e da Execução)**

Prof. Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon

Prova Bimestral (B1): Turmas 11/12/13/14 – 08/10/2020 – das 11h15 às 12h45.

QUESTÕES:

1) A reclamação pode ser manejada para o controle de precedentes? Se positivo, em quais hipóteses? Explique e fundamente (2,5 pontos).

Resposta-chave	Pontuação máxima
Considerações gerais acerca da reclamação, que demonstrem conhecimento sobre os temas tratados em aula.	0,0/0,5
Abordar as hipóteses de cabimento da reclamação para o controle de precedentes (art. 988, III, IV e V, CPC) e o entendimento firmado pelo acórdão proferido na Reclamação nº 36.476/SP com relação ao manejo de Reclamação para garantir a observância de precedente formada em julgamento de Recurso Repetitivo.	0,0/1,0
Tratar fundamentadamente do entendimento doutrinário com relação ao manejo de Reclamação para garantir a observância de precedente formado em julgamento de Recurso Repetitivo, em oposição ao acórdão proferido na Reclamação nº 36.476/SP.	0,0/0,5
Raciocínio jurídico, lógica e coesão textuais (adequação da resposta ao problema, capacidade de interpretação e de exposição, consistência da fundamentação).	0,0/0,5

2) O que é o conceito da taxatividade mitigada, aplicado ao rol previsto no artigo 1.015 do CPC? Quais seus limites? Explique e fundamente (2,5 pontos).

Resposta-chave	Pontuação máxima
Considerações gerais acerca do agravo de instrumento, que demonstrem conhecimento sobre os temas tratados em aula.	0,0/0,5
Tratar fundamentadamente: 1) da formação do conceito de taxatividade mitigada no julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos nº 1.704.520 e 1.696.396; 2) requisitos para a mitigação da taxatividade.	0,0/1,0
Abordar as hipóteses de mitigação da taxatividade já reconhecidas pelo STJ, tais como a questão da competência.	0,0/0,5
Raciocínio jurídico, lógica e coesão textuais (adequação da resposta ao problema, capacidade de interpretação e de exposição, consistência da fundamentação).	0,0/0,5

3) O que é o princípio da fungibilidade? Quais são os requisitos para sua aplicação? (2,5 pontos).

Resposta-chave	Pontuação máxima
Considerações gerais acerca do princípio da fungibilidade, que demonstrem conhecimento sobre os temas tratados em aula.	0,0/1,0
Tratar fundamentadamente dos requisitos para a aplicação do princípio, quais sejam: 1) a existência de dúvida objetiva; 2) inexistência de erro grosseiro; 3) de má-fé e 4) observância de prazo do recurso adequado.	0,0/1,0
Raciocínio jurídico, lógica e coesão textuais (adequação da resposta ao problema, capacidade de interpretação e de exposição, consistência da fundamentação).	0,0/0,5

4) Sentença que julga extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento na ilegitimidade *ad causam* do autor (art. 485, VI, CPC). Apelação interposta pelo autor, pleiteando apenas a reforma da sentença e o retorno do processo para a primeira instância, a fim de que o juiz decida o mérito da causa. Nessa hipótese, o autor possui legitimidade recursal para interpor recurso em face da sentença que declarou sua ilegitimidade ativa *ad causam*? Em caso positivo, se o Tribunal der provimento a apelação, poderá desde já julgar o mérito da causa, ou referida conduta implicaria violação ao princípio devolutivo (*tantum devolutum quantum appellatum*)? Explique e fundamente (2,5 pontos).

Resposta-chave	Pontuação máxima
Diferenciar legitimidade <i>ad causam</i> (condição da ação – art. 17, CPC) de legitimidade recursal (requisito geral intrínseco do juízo de admissibilidade – art. 996, CPC) .	0,0/1,0
Tratar da teoria da causa madura e sua relação com o princípio devolutivo. Apresentar o fundamento legal para o presente caso (art. 1.013, §3º, I, CPC)	0,0/1,0
Raciocínio jurídico, lógica e coesão textuais (adequação da resposta ao problema, capacidade de interpretação e de exposição, consistência da fundamentação).	0,0/0,5